



## **História, Relatos, Representações**

# Identidade dos Sem-Terra: as questões identitárias nos discursos da CPT e do MST

**Identities of the Sem-terra: issues of identity in discourses of CPT and MST**

**Las identidades de los Sin Tierra: cuestiones de identidad en los discursos de la CPT y el MST**

João Carlos Corso<sup>1</sup>

1. Prof. Dr.  
Departamento  
de História da  
UNICENTRO,  
Campus de Irati.

**CORSO. J. C. Identidade dos Sem Terras: as questões identitárias nos discursos da CPT e do MST. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 02, Mai-Ago. p. 45-61, 2012.**

## Resumo

Trata-se de um estudo que tem por objetivo discutir as representações de identidade dos Sem-Terra, através da análise de três documentos, dois editados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e um editado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A discussão ocorre buscando verificar lastros da identidade dos Sem-Terra nestes documentos, bem como na busca de compreender como a CPT e o MST se colocam na luta por nomear o Sem Terra enquanto ator social.

## Palavras-chave

Identidade, CPT, MST, Igreja, História dos Movimentos Sociais.

## Abstract

This is a study that aims to discuss the representations of identity of the landless, through the analysis of three documents, two edited by the Pastoral Land Commission (CPT) and one by the Movement of Landless Rural Workers. The discussion is seeking to verify the vestiges of identity of the landless in these documents, as well as seeking to understand how the CPT and MST position themselves in the struggle to consider the landless as social actors.

## Keywords

Identity, CPT, MST, Church, History of Social Movements

## Resúmen

Este es un estudio que tiene como objetivo discutir las representaciones de la identidad de los Sin Tierra, a través del análisis de tres documentos, dos editados por la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) y otro editado por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. La discusión trata de la identidad de los Sin Tierra en estos documentos y, aún, analiza cómo el CPT y el MST surgen en la lucha por nombrar al Sin Tierra como un actor social.

### Palabras clave

Identidad, CPT, MST, Iglesia, Historia de los Movimientos Sociales.

### Introdução

Ao final da década de 1970 a Igreja Católica, em parceria com outras denominações, como a Igreja Luterana, criaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), passando assim a atuar no meio rural brasileiro, com objetivo de promover ações de conscientização dos trabalhadores rurais e ao mesmo tempo fomentar a criação de sindicatos e outros meios de organização destes trabalhadores.

Como afirma CASTELLS (2002) “*é necessário conhecer o contexto histórico para entendermos a questão da identidade*”. Como neste período histórico brasileiro a sociedade civil encontrava-se num momento delicado, pois não havia liberdade de organização devido às ações repressivas da ditadura militar, a Igreja Católica desempenhou um papel importante na organização dos mais variados setores da população: operários, intelectuais, camponeses, indígenas.

É possível afirmar que a Igreja cumpriu um papel de partido político naquele momento. Inspirada na renovação interna promovida pelo Concílio Vaticano II e pela Teologia da Libertação passou a promover ações por

meio das CEBS<sup>1</sup> e das Pastorais Sociais como a CPT, o CIMI<sup>2</sup>, a CPO<sup>3</sup> e PJ<sup>4</sup>. Sendo que o fruto mais visível destas ações pode ser percebido na criação do PT (Partido dos Trabalhadores), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do próprio MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Não estamos afirmando que a Igreja foi a fundadora destas instituições, mas que muitas das principais lideranças engajadas na fundação destas instituições vieram dos quadros das pastorais.

Em 1984 foi criado o MST nacional, porém as organizações dos trabalhadores rurais sem-terra já existiam anteriormente decorrentes do trabalho desenvolvido pela CPT, sendo que a partir das lideranças provindas, muitas delas do trabalho da CPT, é que se formou o MST.

Devemos ressaltar também que a década de 1980 teve características diferentes da década anterior, pois já se iniciava um processo de abertura política com a Anistia aos presos políticos e logo em seguida com o movimento das Diretas-já. Rompeu-se a estrutura partidária da Ditadura Militar que se compunha de dois partidos (Arena e MDB) e com isso foi possível a criação de outros partidos políticos, bem com o desenvolvimento de movimentos sociais como o MST.

Compreendendo este contexto histórico, nos propomos a refletir sobre a questão da identidade do sem-terra, que numa visão essencialista poderia ser classificado como todo aquele que não possui a propriedade da terra. Porém nosso interesse não é analisar quem de fato não tem título de proprietário de terra, nem a quantidade de pessoas que não possuem terra, mas nos voltamos para o momento em que surge a denominação “Sem-Terra” e as entidades envolvidas neste processo, principalmente a CPT e o MST.

Este artigo tem por objetivo discutir as representações de identidade dos Sem-Terra (identidade na luta pela terra) através da análise de três documentos, dois editados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e um editado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A luta pela posse da terra no Brasil não é algo que ocorreu somente neste contexto, podemos encontrar diferentes conflitos no século XIX e mesmo no XX que foram motivados pela questão agrária. Porém, o que ocorreu a

---

1. As CEBS, como ficaram conhecidas, eram as Comunidades Eclesiais de Base, normalmente composta por um pequeno grupo de pessoas que se reuniam para discutir a realidade a partir da fé.

2. CIMI: Conselho Indigenista Missionário, atuava na defesa dos povos indígenas.

3. CPO: Comissão Pastoral Operária, que posteriormente assumia a sigla PO (Pastoral Operária), atuava junto aos operários urbanos.

4. PJ: Pastoral da Juventude, a qual atuava na formação dos jovens e adolescentes.

partir do final da década de 1970 é algo novo em termos de organização, em termos de estratégias de luta, sendo também inovador nas motivações e nas entidades de apoio.

Diante deste contexto é possível se perguntar como se deu a questão da identidade do sem-terra? Como foi construída? Houve diferenças na forma de identificar o sem-terra entre a CPT e o MST? Houve algum processo de estigma? A identidade do sem-terra teve características negativas ou positivas?

Para respondermos essas questões nos baseamos nas discussões sobre identidade promovidas por CASTELLS (2002), BAUMAN (2005), CUCHE (1999), RUANO-BORBALAN (2004), HALL (2000), WODWARD (2000), SILVA, 2000) e Curado (2006). Como também nos valem da Análise do Discurso, visto que procuramos encontrar vestígios sobre o problema da identidade em três documentos, os quais podem ser entendidos como exemplos de discursos destas entidades: CPT e MST.

No primeiro documento, intitulado “Comissão Pastoral da Terra: seu compromisso eclesial e político” encontramos algumas pistas que entendemos ter ligação sobre o tema. A nossa análise visa compreender como a questão da identidade perpassa este documento, até porque não encontramos um documento que trate especificamente desta problemática.

O texto tem como enunciador a Secretaria Nacional da CPT e como principal enunciatário as lideranças da CPT e suas equipes de trabalho. Ele tem como objetivo “*esclarecer alguns aspectos pastorais e políticos da ação da CPT*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 1).

Já no início do texto aparece algo importante na questão da identidade, a diferença, o enunciador afirma que é preciso “*uma tomada de posição mais decidida diante da polarização de forças que a direita está provocando, quando arruína e esmaga a fraca esperança dos trabalhadores rurais e de toda a sociedade, por uma tímida iniciativa de reforma agrária*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 1). Transparece aqui a preocupação em mostrar que a CPT é contrária as ações da Direita, talvez isso já nos sirva para indicar que a CPT se identifica com as políticas da Esquerda, ao mesmo tempo em que fica evidente a preocupação em mostrar que enquanto procura se colocar ao lado dos trabalhadores rurais há um outro grupo em que suas ações “*arruína e esmaga*”, ou seja, são contrárias a realização de uma reforma agrária.

A identidade é relacional segundo Wodward (2000), pois “*uma identidade depende de algo fora dela, outra identidade, a identidade é afirmada pela*

*diferença. E a diferença é alicerçada pela exclusão”.*

Para SILVA (2000), há uma produção social da identidade e da diferença. É uma construção através da diferenciação. A identidade é aquilo que se é, e a diferença é aquilo que o outro é, identidade e diferença estão em uma relação de dependência. Além disso, segundo CUCHE (1999) “*a identidade social é ao mesmo tempo: inclusão e exclusão, identificação e distinção ou diferenciação*”.

Aqueles que são denominados “direita” pela CPT são vistos como diferentes, são os outros, aos quais se quer diferenciar. Não há como afirmar uma identidade sem contrapor a algo diferente.

Percebe-se também a necessidade que a CPT tem de dar maior significado as suas ações, quando afirma que a “esperança” de que ocorra uma reforma agrária não é somente dos trabalhadores rurais, mas “de toda a sociedade”, porém se toda a sociedade anseia pela reforma agrária então não haveria polarização política (direita e esquerda). Mas este tipo de discurso busca o efeito da performatividade (SILVA, 2000), pois ao afirmar, nomear, que toda sociedade quer a reforma agrária o que se quer é que isso se torne real, aconteça.

No contexto em que foi escrito este documento estava sendo gestado o Plano de Reforma Agrária do governo do Presidente José Sarney, como também estava ocorrendo a Assembléia Constituinte, encarregada de escrever a nova Constituição. Neste contexto foi criada a UDR (União Democrática Ruralista) que visava conter as ações do MST e também impedir que a reforma agrária fosse inserida na nova Constituição.

A questão da identidade volta à cena quando afirma-se que “*a nossa prática e a nossa esperança se dirigem à organização das classes populares: só elas poderão fazer uma verdadeira mudança no quadro político e econômico do país*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 2). A CPT quer demonstrar que se identifica com as “Classes populares”. Há um processo de construção de uma identidade social, pois se ressalta o papel político destas classes e subtende-se que há uma construção de um projeto político de sociedade.

O discurso religioso também é utilizado na perspectiva de mostrar que “Deus” se identifica com as lutas populares, com os trabalhadores rurais, com as ações que a CPT desenvolve. “*Iavé é o Deus vivo que salva o seu povo*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 4), e ao mesmo tempo procura desqualificar as ações daqueles que são contrários as lutas populares quando afirma-se: “*Quem está*

*satisfeito com a exploração e a morte são os ídolos, os deuses falsos*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 4).

Também é interessante perceber como a CPT procura justificar o envolvimento dela enquanto órgão da Igreja nas ações junto aos trabalhadores rurais, pois a justificativa é de que a população empobrecida é que pede ajuda a Igreja. *“É da situação de exploração do pobre que vem o apelo novo e violento à Igreja, para que ela escute os clamores do povo, para não se instalar no espaço fechado do templo, mas se preocupar com os sofrendores”* (CPT, 24 de março de 1987, p. 4). O documento nos dá possibilidade de entender com quem o sem-terra se aproxima e com quem ele se diferencia.

A identidade da própria CPT transparece no documento: *“A CPT, que nasceu dentro dessa situação social e eclesial, descobriu nela o sentido da sua atuação e de sua própria existência: é o serviço na defesa e reconstrução da vida, a partir da luta pela terra”* (CPT, 24 de março de 1987, p. 7).

A CPT quer demonstrar que se identifica com a luta pela terra e com a defesa da vida daqueles que estão lutando pela terra: os trabalhadores rurais sem-terra. *“A CPT promove e dá forças aos lavradores e trabalhadores rurais para que eles, junto com as outras classes oprimidas conquistem o lugar principal na sociedade”* (CPT, 24 de março de 1987, p. 7). Há indícios de que se busca formar uma identidade que questione a ordem social estabelecida e ao mesmo tempo promova alterações nesta ordem social. Percebe-se que há proximidade com o que afirma CASTELLS (2002) quando defende *“que há uma identidade de resistência e uma identidade de projeto que buscam questionar a identidade legitimadora”*.

Segundo CASTELLS (2002) há três formas de identidade: legitimadora, de resistência e de projeto. A identidade legitimadora é aquela que se encontra numa posição hegemônica, imposta pelo Estado ou por aqueles que detêm o poder. Já a identidade de resistência da origem a formas de resistência coletiva frente a um processo de opressão. Já a identidade de projeto produz sujeitos e busca construir mudanças que superem a identidade legitimadora.

Pensando nos documentos analisados é possível afirmar que na origem da CPT a identidade que estava sendo gestada era de resistência, formas de os trabalhadores sem terra resistirem, suportarem, enfrentarem os latifundiários, os fazendeiros.

Isso vai gestar um projeto, neste sentido a criação do MST justifica-se. Este movimento social não é criado para resistir, mas para organizar formas

de conquistar a terra, de fazer acontecer uma reforma agrária, e, além disso, seus discursos apontam para a idéia da construção de uma sociedade socialista, o que pressupõe um projeto político, o qual inclusive poderia chegar a ser identidade legitimadora caso o socialismo fosse instituído na sociedade brasileira.

Há um processo dialético na construção das identidades, pois podem começar como resistência, passar a projetos e até mesmo se tornar dominantes, mas isso não é um caminho definido. Não significa que haja um determinismo nisso, mas que há um movimento, e que as identidades vão sendo geradas em meio a relações de poder, poder do grupo dominante (latifundiários, grandes proprietários, Estado) impondo seu modo de entender a posse da terra. Contrapondo-se ao grupo dominante aparece o grupo dominado (sem terra, posseiros, pequenos proprietários, CPT, MST, sindicatos) que fazem resistência ao modelo imposto e inclusive propõem projeto para a sociedade.

O reforço ao diferente aparece novamente no documento: “*sem querer dividir o mundo em bons e maus, podemos notar uma grande diferença entre os valores que motivam a vida dos donos do capital e a dos trabalhadores do campo*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 10). A afirmação parece querer mostrar que há ideologias diferentes entre o fazendeiro e o sem-terra, suas motivações seriam diferentes, seus valores seriam diferentes, ou seja, eles seriam diferentes e, portanto não poderiam se identificar. Os fazendeiros “põem a sua confiança no dinheiro e no lucro” (CPT, 24 de março de 1987, p. 10) e os lavradores entendem a “terra o dom do Pai” e suas esperanças estão em “Deus”. Mesmo não sendo o objetivo do documento a questão da identidade, fica evidente que a temática transparece. Seja na forma de mostrar como a CPT se identifica com os trabalhadores rurais ou na forma como procurar ressaltar quem são os diferentes, aqueles com que a CPT não se identifica e nem os trabalhadores rurais. Vale destacar que segundo BAUMAN (2005), a identidade é formada em oposição ao diferente.

No início do artigo ressaltamos que a CPT se constitui num processo de ecumenismo, não sendo uma entidade ligada apenas a Igreja Católica. O documento da CPT nos dá possibilidade de entender essa questão. Nas páginas 17 e 18 explica-se o caráter ecumênico desta entidade. “*Militantes leigos, pastores, padres e irmãs se encontram diariamente neste trabalho*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 17). Ressalta-se que há segundo a CPT a necessidade desta prática ecumênica. “Necessidade urgente de sair dos limites das leis de cada

Igreja e lançar “*mãos à obra na tarefa de fundar uma nova prática pastoral e política solidária*” (CPT, 24 de março de 1987, p. 18). É interessante perceber que em torno da questão da terra as Igrejas que num passado recente tinham sérias divergências, neste contexto se aproximam em torno de objetivos comuns.

Além disso, encontramos uma parte do documento que mostra como a definição de identidade e diferença não são imóveis, estáticos. A dinâmica do processo de identidade é exemplificada no texto a seguir:

É necessário colocar o serviço da caridade em primeiro lugar na ação das Igrejas. O compromisso nesse serviço revela que a divisão existente hoje, não é tanto entre Igreja e Igreja, mas dentro das próprias Igrejas: há momentos em que sentimos que podemos comungar mais com amigos de outras crenças religiosas, do que com irmãos da nossa mesma fé (CPT, 24 de março de 1987, p. 18).

Neste sentido Hall (2006, p. 13) tem razão ao afirmar que: “*O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente*”. Identidade de militante da CPT naquele momento foi mais importante que as diferenças entre as Igrejas.

Fica evidente como é frágil afirmar que a identidade de uma pessoa ou grupo é inata, ou inabalável diante de um exemplo como este. A identificação de um grupo de pessoas de uma Igreja com membros de outras Igrejas, pela afinidade em torno da questão da terra e da defesa dos direitos dos trabalhadores rurais sendo mais importante do que as afinidades internas de cada Igreja.

Parece estranho, mas quando pensamos que, o que identifica um grupo tem haver com o que o separa, ou diferencia de outro, passamos a compreender essa dinâmica. O fazendeiro e o sem-terra podem ser Católicos, e aí poderia dizer que se identificam em termos religiosos, mas nem sempre isso é possível. Por outro lado parece impossível afirmar que membros de Igrejas diferentes, e inclusive com históricos de relacionamento nada amistosos, consigam se aproximar, se identificar em torno de objetivos comuns como a luta pela terra.

Além desse primeiro documento, encontramos no site da CPT o “Documento do 1º Congresso da CPT sobre Terra”, no qual há um item com

o seguinte teor:

Camponeses construindo sua identidade: neste processo de resistência e de construção, o povo do campo resgata e constrói sua identidade camponesa. Cresce a auto-estima, a afirmação de si, a consciência de seu valor, a clareza de seu potencial, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Passam a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro (CPT - Documento Terra, 28/01/2004).

A identidade camponesa é, no olhar da CPT, construída, resgatada, é fruto de uma resistência, é uma identidade que pretende a superação de estigmas e preconceitos por meio da recuperação da auto-estima, buscando um processo de autonomia e superação das imposições, os camponeses são entendidos como sujeitos, não no sentido de asujeitados, mas no sentido de cidadania adquirida, de autonomia. Além disso, dá a entender a idéia de identidade de projeto com a idéia de que os camponeses são protagonistas.

Segundo HALL (2000, p. 109):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

O documento da CPT demonstra como vem sendo elaborado um discurso de construção de um identidade camponesa. É um discurso que visa nomear, mas que ocorre segundo Hall em meio a um jogo de poder.

O terceiro documento analisado foi: Cadernos Formação – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, nº 1, que trata dos seguintes assuntos: A organização do movimento; e Quem é quem na luta pela terra. Este documento já aponta para a questão da identidade no título.

O documento é editado pelo MST do Rio Grande do Sul, mas como o encontramos nos arquivos do CEFURIA<sup>5</sup>, em Curitiba, pressupomos que não

---

5. CEFURIA: Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Este é o local que encontramos nossos documentos, uma das preocupações desta entidade é preservar os documentos dos movimentos sociais, por isso possui um bom arquivo.

ficou apenas naquele Estado. Principalmente por que nos primeiros anos o movimento se concentrou no sul do país, sendo parece ter sido uma prática a partilha dos materiais que subsidiavam a luta pela terra.

Na apresentação do documento aparece uma definição de como é entendida a luta pela terra para o MST, utilizando a metáfora do jogo de futebol. “*A luta pela terra é como um jogo, onde os inimigos estão bem preparados, possuem bons técnicos e também uma torcida a seu favor. E nós? O time dos que hoje são Sem Terra e que quer entrar em campo para ganhar? Estamos bem preparados?*” (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 1). Há uma identificação daquele que é contrário a reforma agrária como “inimigo”, este é entendido como bem preparado. Ao mesmo tempo a intenção do enunciador é provocar uma reflexão naquele que se identifica como sendo o “Sem Terra”, este estaria preparado para o jogo?

Não aparecem ainda elementos que ajudem a definir a identidade do Sem Terra, mas é possível perceber que a identidade foi sendo construída em contraposição ao diferente, ao oposto, ao “inimigo”. Como afirma CUCHE (1999) a identidade e a alteridade são interligadas, se relacionam, a identidade ocorre na diferenciação.

Os enunciatários do documento são os membros do movimento, aos quais é solicitado que discutam o mesmo em suas comunidades. O enunciador é o MST do RS, provavelmente as lideranças regionais.

Também nos chamou a atenção o fato de que o primeiro capítulo do documento é um histórico do MST de 1978 até 1985, no qual é feito um resgate inclusive de fatos anteriores a criação do MST nacional (1984). A história do MST parece ser um dos elementos importantes na construção da identidade do Sem Terra, por meio da narrativa dos principais fatos históricos o enunciador vai inserindo os enunciatários e tornando familiar esta história. Segundo Woodward (2000) “*a redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade*”.

No momento em que o documento trata dos princípios do MST aparece o seguinte subtítulo: “*quem consideramos Sem Terra*” (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 1). A identidade do Sem Terra na perspectiva do movimento começou a ficar mais clara. Mas é importante perceber que o MST quer mostrar quem é o “nós”, quem faz parte deste grupo, quem pode ser identificado como pertencente a este movimento social.

E quem seriam então os Sem Terra? A resposta está no documento:

Os trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de 5 hectares (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 7).

É importante perceber que neste momento o Sem Terra é visto pelo MST como alguém que mesmo não tendo a terra, tem uma relação de proximidade, trabalha com a terra, depende da terra para sobreviver. O que nos possibilita relacionar com um dos princípios do MST: “*Que a terra esteja em mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família*” (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 7). Parece que estaria implícito aí uma necessidade de identificar o Sem Terra como alguém, que mesmo não tendo a terra, é “vacionado” a trabalhar com a terra, sabe lidar, conhece a época de plantar e de colher.

Outro elemento que nos possibilita pensar a identidade do Sem Terra, na visão do MST, é a concepção de que os que conseguiram conquistar a terra devem ajudar aqueles que ainda não conquistaram. Uma espécie de solidariedade que possibilita o próprio desenvolvimento do MST. Talvez isso explique o fato deste movimento social não ter desaparecido, o que sinaliza a formação de uma identidade de projeto como afirma CASTELLS (2002), pois não objetiva apenas a aquisição de terras, mas a possibilidade de fazer modificações na própria estrutura social. “*Os que conquistam a terra devem continuar participando do Movimento e apoiando inclusive materialmente*” (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 8).

Pareceu-nos também, que o movimento não quer ser identificado como uma organização nos moldes patriarcais ou masculinos, pois ao tratar de sua organização interna deixa clara a necessidade da participação das mulheres. “*Em todos os níveis de organização: nos núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional, devem ter companheiras mulheres trabalhadoras*” ((MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 9).

Segundo WODWARD (2000):

[...] a identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas, sendo marcante na emergência dos ‘novos movimentos sociais’, muitos dos quais

estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais. Entre eles é possível destacar o movimento Feminista, que procurou questionar os alicerces da velha ordem patriarcal e influenciou vários seguimentos da sociedade.

Sendo que o MST, um movimento inserido em seu contexto histórico, dos anos 80, também foi influenciado pelo movimento feminista, o qual foi significativo no Brasil e afetou principalmente os grupos políticos de esquerda. A identidade do Sem Terra foi sendo trabalhada pelo MST no sentido de mostrar que há entidades que são parceiras na luta pela terra como a CUT, os sindicatos dos trabalhadores rurais, mas ao mesmo tempo o poder de nomear, de definir, de decidir é do MST *“Cabe ao próprio MST e não a diretoria do sindicato ou aos educadores sindicais, convocar as reuniões dos sem terra, empossar comissões, substituir lideranças ou decidir sobre o uso dos recursos do MST ou a ele destinado”* (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 11).

Fica clara a necessidade de delimitar fronteiras, nas quais o poder de nomear, como afirma BOURDIEU (2007), deve ser assegurado a própria instituição. As instituições parceiras são importantes, porém não são elas que definem as coisas. Demonstra-se desse modo à necessidade do MST de ter uma identidade própria, um espaço de autonomia.

No documento do MST percebe-se claramente a incorporação do modo marxista de ver a sociedade. Principalmente na perspectiva da “luta de classes”. A sociedade brasileira é entendida como tendo duas classes sociais: “trabalhadores” e “burguesia”, sendo que os Sem Terra são identificados como pertencendo a classe dos trabalhadores e os Proprietários de Terras ou Latifundiários pertencendo a classe burguesa.

Essa luta de classes é entendida de modo determinista, como se fosse algo que ocorre naturalmente, sem que haja necessidade de um posicionamento pessoal. *“Para esse confronto contínuo entre essas duas classes, se diz que em nossa sociedade existe uma luta de classes permanente, independente da vontade das pessoas”* (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 14). Mesmo com essa postura determinista, nos parece que o entendimento do MST vai no sentido da necessidade de formar a identidade do Sem Terra como uma classe social, para isso utiliza de um discurso naturalista, como forma de convencimento da necessidade de engajamento do indivíduo no movimento, formando desse modo a classe social com capacidade de transformação.

O MST também se preocupou com a identificação que a sociedade faz do movimento e do Sem Terra. No documento há uma espécie de planejamento das prioridades e entre elas uma nos chamou a atenção: “*Criar uma opinião pública favorável ao movimento sem terra e as lutas pela terra*” (MST – Cadernos Formação nº 1, fevereiro/86, p. 26). Percebe-se aí a necessidade de construção de uma imagem positiva do MST para a sociedade, buscando com isso superar um estigma e criar uma imagem de resistência. O MST quer superar a identificação negativa que a sociedade faz do Sem Terra e transformar em uma identificação positiva.

Segundo COCHE (1999) “*o estigma não é algo já determinado, e nas lutas sociais aqueles que foram estigmatizados podem se apropriar dos mecanismos de nomear sua identidade, buscando transformar uma identidade negativa em identidade positiva*”. Um exemplo disso seria o sem-terra (estigmatizado) passando a SEM-TERRA (grupo de resistência) e num segundo momento buscam a definição de uma identidade mais autônoma (SEM-TERRA passando a Camponeses, Assentados).

### **Considerações finais**

Podemos concluir que mesmo o documento não tendo o objetivo de tratar da identidade do Sem Terra, fica claro como a questão permeia os escritos do MST, como seus discursos permitem que tenhamos acesso a vestígios dessa problemática.

CURADO (2006), em seu estudo sobre a identidade social na luta pela terra, procurou analisar, a partir de vários autores, alguns fatores que contribuíram nas transformações ocorridas na vida dos trabalhadores rurais participantes do MST. Segundo ele:

[...] a origem, a trajetória, suas formas de resistência e pressão nos acampamentos e também nos assentamentos, a forma como compreendem as próprias experiências, os avanços e desafios, as formas de organização interna e a participação dos mediadores permitiram a identificação de diferentes situações de luta, o que deixa claro a complexidade dessas vivências nestes espaços sociais.

Para CURADO (2006), há uma complexidade de fatores que contribuíram para a constituição do sem-terra como ator social, esses fatores con-

tribuíram para que não houvesse caminhos únicos e pré-estabelecidos. Permitiram também o reconhecimento de uma identidade social deste agricultor que se encontra em construção, sendo ainda transitória e conflituosa.

A identidade é construída, segundo BAUMAN (2005) e RUANO-BORBALAN (2004) por uma espécie de “bricolagem”, não ocorre por um modo simples, dessa forma a afirmação de Curado de que a complexidade de fatores constrói o sem-terra em sua identidade social. RUANO-BORBALAN (2004) ainda afirma “*que a identidade não é formada de maneira acabada, mas em toda a vida da pessoa*”. Dessa forma, a identidade pessoal, comunitária ou política é construída na interação entre os indivíduos, os grupos e as ideologias. A construção da identidade é vista como um processo permanente.

Por isso a origem, a trajetória, suas formas de resistência e pressão nos acampamentos e também nos assentamentos, a forma como compreendem as próprias experiências, os avanços e desafios, as formas de organização interna e a participação dos mediadores são todos os fatores que contribuem para a formação da identidade do Sem Terra.

Para RUANO-BORBALAN (2004) “*a identidade cultural do indivíduo depende dos rituais de memória, da cultura, dos simbolismos*”. De acordo com WODWARD (2000) “*a construção da identidade é simbólica e social*”. Tanto a CPT, quanto o MST realizam rituais em que se busca trabalhar a memória, como nos calendários comemorativos, nas Romarias da Terra, celebrações, atos públicos, etc. Seus símbolos também podem expressar a identidade, por meio de bandeiras, roupas, bonés, broches, fotos ajudam na representação de uma identidade.

Segundo SILVA (2000) a linguagem ajuda a dizer apenas o que se é, sem referenciar o diferente, o que não se é. Ela ajuda, mas também omite, esconde. Um exemplo disso é quando se afirma que os Sem Terra possuem uma identidade coletiva, essa forma de expressão omite que haja diferenças entre os Sem Terra, divergências, relações de poder.

É importante destacar que a maioria dos autores concorda que a identidade não é algo acabado, é sempre algo em construção. Neste sentido é impossível afirmar a identidade do Sem Terra. Mas é possível perceber nas representações, nos discursos, nos documentos da CPT e do MST como vem sendo construída essa identidade. Outra maneira seria atentar para a incorporação das representações na vida cotidiana do Sem Terra.

Por fim, resta saber como a identidade do Sem Terra consegue se man-

ter no contexto da globalização, onde não há mais a perspectiva de identidades fixas, duradouras. Será que há algum tipo de permanência?

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURADO, Fernando Fleury. Identidade social: unidade e singularidade na luta pela terra no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 23, p. 11-39, Jan/abr. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. **La construction de l'identité**. In: HALPERN, Catherine et RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. (Coordenné). *Identité(s): L'individu, Le groupe, La société*. Paris: Editions Sciences Humaines. 2004.

SILVA, Tomas Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## Fontes impressas

CPT - Comissão Pastoral da Terra: Seu compromisso eclesial e político. CPT

Nacional. Goiânia, 24 de março de 1987.

CPT - Documento Terra. Documento do 1º Congresso da CPT sobre a terra. CPT Nacional, 28/01/2004. Secretaria Nacional. Disponível em <<http://cptnac.com.br/?sistem=news&action=read&id=1172&eid>>. Acesso em 31 out., 2008.

MST – Cadernos Formação nº 1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A organização do movimento; Quem é quem na luta pela terra. MST/RS. Fevereiro/86.

**Recebido em: 05 de Março de 2012.**

**Aprovado em: 13 de Agosto de 2012.**